

**8ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa**  
**20 de dezembro de 2017**

**Ata da Décima Quarta Sessão Extraordinária**

Às vinte e uma horas e oito minutos, do dia vinte do mês de dezembro, do ano de dois mil e dezessete, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Mauro Carlesse, secretariado pelos Senhores Deputados Jorge Frederico, Primeiro-Secretário, e Zé Roberto, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Eduardo do Dertins, Eduardo Siqueira Campos, Elenil da Penha, Eli Borges, Jorge Frederico, Júnior Evangelista, Olyntho Neto, Osires Damaso, Paulo Mourão, Rocha Miranda, Wanderlei Barbosa, Zé Roberto e das Senhoras Deputadas Amália Santana e Valderez Castelo Branco. Encontra-se licenciado o Senhor Deputado Ricardo Ayres. Estavam ausentes os Senhores Deputados Alan Barbiero, Cleiton Cardoso, José Augusto, José Bonifácio, Nilton Franco, Toinho Andrade, Valdemar Júnior,

Vilmar de Oliveira e a Senhora Deputada Luana Ribeiro. Após a leitura do Texto Bíblico, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, o Senhor Presidente submeteu a Ata da Sessão anterior à apreciação do Plenário, a qual foi aprovada. Não havendo Expedientes a serem lidos, Matérias a apresentar, nem oradores inscritos no horário destinados às Comunicações, passou-se à deliberação da Ordem do Dia. Em seguida, assumiu a Segunda-Secretaria o Senhor Deputado Cleiton Cardoso. Foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 37/2016, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera a Lei número 3.072, de 13 de janeiro de 2016, que institui o Programa “TO Legal”, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 331/2016; 38/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “autoriza o Poder Executivo a doar, às famílias contempladas no “Programa de Atendimento Habitacional através do Poder Público – pró-Moradia”, unidades habitacionais edificadas no lote de terras que especifica, e adota outra providência”, que deu origem ao Processo número 208/2017; 39/2016, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera a Lei número 1.288, de 28 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Contencioso Administrativo-Tributário e os Procedimentos Administrativos-Tributários, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 332/2016; 44/2017, de autoria do

Senhor Governador do Estado, que “altera a Lei número 1.201, de 29 de dezembro de 2000, que concede crédito fiscal presumido do ICMS nas operações que especifica, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 311/2017; 50/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera os anexos II, III e IV da Lei número 3.051, de 21 de dezembro de 2015 que institui o Plano Plurianual do Estado do Tocantins para o quadriênio 2016-2019”, que deu origem ao Processo número 309/2017; 51/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “estima a receita e fixa a despesa do Estado do Tocantins para o exercício de 2018”, que deu origem ao Processo número 310/2017; 52/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “dispõe sobre a utilização do Brasão de Armas do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 304/2017; 57/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “autoriza o Poder Executivo a doar ao Sindicato dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins – Sinstec, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 319/2017; 59/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “autoriza o Poder Executivo a doar à Associação Centro Comunitário Esperança a área de terreno urbano que especifica, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 321/2017; 61/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “prorroga a vigência da Lei número

3.041, de 15 de dezembro de 2015, que dispõe sobre regime especial de plantão e estabelece cumulação de responsabilidades administrativas para os integrantes da carreira jurídica de Delegado de Polícia Civil, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 313/2017; 63/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “autoriza a abertura de crédito adicional suplementar, no valor que especifica, e adota outra providência”, que deu origem ao Processo número 335/2017; 64/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera a Lei número 3.081, de 14 de abril de 2016, que autoriza o Chefe do Poder Executivo a contratar operação de crédito com a Caixa Econômica Federal – CEF”, que deu origem ao Processo número 336/2017; 65/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “autoriza o Poder Executivo a doar à União, em favor do Ministério da Saúde, a área de terreno urbano que especifica, e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 339/2017; 66/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “institui o Programa de Recuperação de Créditos Fiscais – refis e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 337/2017; 142/2017, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Projeto Restituindo Vidas”, que deu origem ao Processo número 201/2017; 158/2017, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, que

“concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Valter Casimiro Silveira”, que deu origem ao Processo número 232/2017; 180/2017, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “inclui no Calendário Oficial do Estado do Tocantins o Dia Estadual do Advogado Criminalista, a ser comemorado no dia 2 de dezembro”, que deu origem ao Processo 243/2017; 187/2017, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Cardoso, que “dá nova denominação ao Colégio Estadual Dom Pedro I, na cidade de Novo Acordo, Estado do Tocantins, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 245/2017; 216/2017, de autoria do Senhor Deputado Toinho Andrade, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Itelvino Pisoni”, que deu origem ao Processo número 299/2017; 219/2017, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Cardoso, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Festejos de Santa Luzia, na Fazenda Sítio novo, município de Monte do Carmo”, que deu origem ao Processo número 301/2017; 222/2017, de autoria da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco, que “declara de Utilidade Pública Estadual o Instituto Social Alvorada – ISA, com sede na cidade de Araguaína”, que deu origem ao Processo número 332/2017; 223/2017, de autoria do Senhor Deputado Alan Barbiero, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Educador e médico Neilton Araújo de Oliveira”, que deu origem ao Processo número

303/2017; e Projeto de Resolução número 10/2017, originário do Projeto de Lei número 238/2017, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “autoriza a realização de Plesbiscito no Município de Fortaleza do Tabocão”, que deu origem ao Processo número 312/2017; os quais votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 133/2017, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor João Agripino da Costa Dória Júnior”, que deu origem ao Processo 188/2017; o qual votado, foi aprovado com os votos contrários do Senhor Deputado Zé Roberto e da Senhora Deputada Amália Santana, e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezoito horas e cinquenta e três minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

***1º Secretário***

***Presidente***

***2º Secretário***